

# Revolução

POSTER  
NAS CENTRAIS

**REVOLUCIONÁRIOS  
PRESOS**



**Entre  
a liberdade  
e a condenação**

**os 9 Entre  
os seus desejos  
e o fascismo**



**O IMPERIALISMO PREPARA-SE  
PARA INSTAURAR O FASCISMO**

**PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO**

# PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

## DUAS CARTAS SOBRE A MORTE DO JOÃO

Porto-Voz do PARTIDO  
 REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



# Revolução

O homem vive, luta, vegeta, existe. O homem, esse ser que se confunde consigo próprio: o HOMEM!

Hoje, nesta terra sem luz e coberta de nevoeiro senti de súbito o que é essa coisa: o HOMEM! Na rua, uma bandeira flutuava levemente a meia haste, nas memórias uma ideia flutuava: MORREU UM CAMARADA!

Não sei porquê decidi escrever estas palavras, uma força impulsionava-me para o fazer, era preciso, era urgente escrever: CAMARADAS A LUTA CONTINUA!

— Tenho 72 anos e venho aqui trazer-vos isto — o homem de cabelos brancos, de olhos encovados deixou-me um papel e 50\$00 e voltou

a sair. Peguei no papel e li:

**Victor Manuel Dias Ramos quem te poderá esquecer? Esquecer-te? Sim! Quando eu também morrer.**

**Camaradas, não sou poeta, sou um filho do povo Nasci no Alentejo, sofrendo desde novo! Avante!**

M T R

E, acrescentava ainda: **Camaradas do PRP: sentida a perda desse jovem camarada junto 50\$00 e dêem-lhe o destino que a organização achar mais adequada Sincero**

M T R

Rua C M P — Lavradio

Li e reli, as palavras daquele homem que, pela primeira vez entrou na

sede do núcleo e senti a força das palavras, senti como palavras simples podem fazer acordar e descobrir a si mesmo, ao dobrar de uma esquina.

**Em qualquer lugar que nos surpreenda a morte, bem-vinda seja, sempre que esse nosso grito de guerra tenha cegado até um ouvido receptivo e outra mão se estenda para empunhar as nossas armas — Che Guevara.**

Ao escrever estas palavras quis com elas referir a morte do camarada João, para que de facto seja lembrado entre nós, como um exemplo a seguir.

Hoje e aqui, é urgente que os revolucionários LUTEM E GRITEM BEM ALTO: ALUTA CONTINUA!

### CAMARADA JOÃO

Morreste ontem, camarada. Mas ficarás sempre vivo entre nós. Quando virmos lembrar-nos-emos de ti que lutaste por o que nós lutamos.

Nunca te conheci mas a tua morte porque eras meu camarada. Tanto que arriscaste a vida e agora morres por causa do nevoeiro. Tudo isto é triste, desconsolador...

O canalha, o sacana do Franco morreu tão velho ainda pior do que sempre e morreu rodeado de familiares sacanas, aos beijinhos.

E tu morreste assim, tão no-

vo, com tanto tempo à tua frente para lutar, para viver...

Morreste só, num carro coberto de nevoeiro. Que terias pensado antes de morrer?

Deixaste a tua mulher, os teus pais, a tua filha...

O pior de tudo é que tu não querias deixar, a eles nem a nós.

Oh! maldito Deus se tu existisses eras digno de adoração.

Olha os que morrem!

Olha os que sofrem!

### A LUTA CONTINUA

Militante de 13 anos.

## UMA ADESÃO

.. Caros camaradas,

As minhas saudações revolucionárias. Apresento-me como comprador e leitor do jornal «Revolução» desde o seu primeiro número, encontrando-me perfeitamente identificado com a sua linha de orientação.

Já em Junho de 1974 tive contactos por carta com o P. R. P., mas dado que entretanto aderi à L. U. A. R., movimento do que me disvinculei há cerca de 4 meses por não concordar com a sua linha dúbia e de pouca firmeza revolucionária e ideológica,

não dei seguimento a esses contactos.

Agora, que a hora é de grande perigo para todas as vitórias até agora alcançadas e que grande número de revolucionários, começando pelo general Otelo, se encontram presos, venho expressar a minha incondicional solidariedade com todos esses camaradas e com as posições firmes e coerentes sempre assumidas pelo P. R. P.

Saudações revolucionárias,

V. C.

## Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME .....  
 MORADA .....  
 LOCALIDADE .....  
 PROFISSÃO .....

ASSINATURA: Semestral — 90\$00  
 — 180\$00

### Estrangeiro

ASSINATURA: Semanal — 300\$00  
 Anual — 600\$00

PAGAMENTO: Em cheque  
 Em vale

### PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa  
 Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa  
 Tel. 573520/573640/573717/573670

#### ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110  
 Tel. 315799/315786

VIANA DO CASTELO — Rua de  
 Altamira, 102 Tel. 24320

#### ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Eça de Queilós,  
 nº 33

MARINHA GRANDE — Rua Mar-  
 ques de Pombal, nº 65

ARGEA — Tel. 92169

COVILHÃ — Rua Visconde da  
 Coriscada, n.º 60 — Tel. 25542

CASTELO BRANCO — Alameda  
 da Liberdade, nº 16

SJÓÃO DA MADEIRA — Rua  
 Jaime Afreixo, nº 142

#### ORG. REGIONAL DE LISBOA

LISBOA — Av. da República, nº 40

ALGES — Rua Victor Duarte  
 Pedroso, n. 15 — Algés de Cima  
 Tel. 2100337

PAREDE — Rua Gomes Freire de Andrade, 1 Tel. 2474142

SACAVÉM — Largo 5 de Outubro,  
 nº 16-17 Tel. 2512907

AMADORA — Rua Gonçalves  
 Ramos, nº 40 Tel. 939625

#### ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETUBAL — Rua Jorge de Sousa  
 (Colégio Frei Agostinho da Cruz)

BARREIRO — Rua dr. Eusébio  
 Leão, nº 31 Tel. 2076745

LAVRADIO — Rua dr. José Carca-  
 no Lobo, rd 12

COVA DA PIEDADE — Estrada  
 Nacional, nº 10 Tel. 2763267/  
 /2763397/2763122

QUINTA DA LOMBA — Praça  
 Francisco Xavier

SINES — Rua Marques de Pombal,  
 nº 86

#### ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

ÉVORA — Largo do Chão das  
 Covas, nº 21 Tel. 24996

BEJA — Rua Alexandre Heróulano,  
 nº 29 Tel. 24594

#### ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Dr. Cândido Guer-  
 reiro, 35 Tel. 24107

LOULÉ — Av. José da Costa Mes-  
 ilha, nº 39-1.º Tel. 63043

PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, 17

OLHÃO — Rua 18 de Junho,  
 nº 64-B-C

FERRAGUDO — Rua 1.º de Maio

#### UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

# O PLANO EANES



«SOCIALISMO LUSÍADA» OU NACIONAL SOCIALISMO?

Decorridos dois meses sobre o golpe direitista que comandou no plano operacional, R. Eanes disse ao País como pretende ver funcionar o ramo das FA que dirige: o Exército. Os seus objectivos e as linhas gerais da estrutura nacional foram desenvolvidos pelo senhor general num discurso cheio de significado político, que fez durante a visita ao seu compadre Veloso, acompanhado da «comandita» J. Neves, Pinho Freire e Companhia. Tratava-se de agradecer a eficiente participação no plano militar das forças comandadas por Pires Veloso no 25 de Novembro e, por outro lado, apresentar a sua proposta para que no futuro as Forças Armadas se transformem num eficaz aparelho de ordem social e de defesa intransigente do sistema económico vigente: o capitalismo

## «SOCIALISMO LUSÍADA»

Basicamente, tudo isto se pode encontrar naquele discurso, embora R. Eanes se farte de falar, por exemplo, em «Socialismo Lusíada» e na «defesa da Verdadeira Independência Nacional». No entanto, e para que os comparsas não ficassem muito chocados, lá foi repetindo a expressão «Socialismo Lusíada».

Esquecendo o que isto nos poderá fazer recordar, consola-nos a ideia de que iremos ter um Exército que denunciará e seguramente combaterá, no seu dia-a-dia, todo o tipo de interferência estrangeira no nosso país, pois só assim, se compreende a defesa da Independência Nacional, mas da «verdadeira».

Efectivamente satisfaz e orgulha todo o patriota saber que vai ter uma Forças Armadas que jamais permitirão as acções impunes de qualquer agente pago pelo Imperialismo seja ele um elemento da CIA, seja um mercenário do ELP/MDLP; é até possível que isto seja desde já posto em execução para reprimir a onda de terrorismo que se tem vindo a sentir. Isto explicava a eventualidade prevista pelo senhor general, de certos sectores do exército nascerem a fazer guerrilha (neste caso deve ser para já urbana)...

Ainda no capítulo da independência nacional (mas da verdadeira) até porque ela passa obrigatoriamente pelo desaparecimento da exploração da força de trabalho dos portugueses

por parte de empresas multinacionais, é bom que nos habituemos a uma imagem do futuro, que é acreditar que a firmeza das palavras do CEME se virão a concretizar. Assim, não nos espantaremos se, por exemplo, virmos companhias de mercenários de Jaime Neves a apoiar os operários que estejam a fazer piquetes, ou em manifestação de rua em resposta às arbitrariedades a que os gerentes de tais interesses monopolistas nos habituaram, como os operários da Timex recentemente despedidos ainda não devem ter esquecido. Pois em frente com a defesa intransigente da independência nacional (mas da verdadeira).

## O FUTURO COMEÇA AGORA

Determinados os objectivos em geral e identificando-os com determinados valores que, soando pomposamente, são susceptíveis de se materializarem dificilmente num vasto corpo de homens trespassado também pela luta de classes, o nosso general esclarece-nos como vai organizar os homens sob o seu comando para alcançar aqueles objectivos numa forma segura. O Exército será dividido em três grandes estruturas sendo aquela que atinge maior dimensão a estrutura de intervenção («a grande reestruturação e equipamento adequado e sofisticado»).

Com tal meio, difícil será para o sr. general atingir um outro objectivo que também apontou: a **reconstrução nacional**

Neste plano algumas dúvidas elementares se nos levantam: existe um exército de desempregados que atinge centenas de milhar, será que o senhor general pensa resolver este dramático problema enquadrando os tais 10 800 na estrutura de intervenção do novo exército?

Seria de facto um contributo notável na resolução desse problema candente. E se, ainda por cima, lhes pagar os tais 5000\$00 que anda para aí a prometer aos ex-PM's e ex-Comandos, o aumento do poder de compra desses militares é capaz de compensar o tremendo peso na verba orçamental que a isso implicará para o País. E assim é capaz também de

resolver, ainda que muito parcialmente, um problema que tanto o aflige: a **manutenção do apatidarismo das Forças Armadas**. Por 5000 escudos deve conseguir homens neste País que ignorem a sua consciência política ou, então, conseguirá certamente formas de impedir a sua expressão, mas poucos serão os que em todas as situações se esqueçam que eram trabalhadores nas fábricas ou nos campos e que assim são os seus irmãos, os seus pais e os seus familiares.

É claro que para muitas das tarefas de reconstrução o nacional não são precisos homens altamente treinados e com material sofisticado: as centenas de máquinas que existem nos parques de Engenharia resolvem alguns desses problemas, nomeadamente os referentes às infra-estruturas sociais de melhor rural. No entanto essas máquinas continuam a apodrecer perfeitamente inactivas como consequência, por vezes, de atitudes reaccionárias como se certifica, por exemplo, com o BESM no distrito de Bragança.

O Exército do futuro vai-se construindo no presente e o senhor general esqueceu-se de referir as medidas que entretanto se vão tomando para a reconstrução daquele corpo. Para já e depois de eliminadas todas as estruturas democráticas que existiam no seio do Exército, o CEME deu mais um contributo «valioso» para a tal reconstrução: eliminou a Comissão Coordenadora de Sargentos a pretexto de haver uma «poliferação de órgãos representativos» e de ser «desaconselhada a manutenção da divisão das divisões» no seio do Exército. Esta teoria é de tal forma antagónica relativamente à prática que se vem desenvolvendo dentro dos quartéis, que preferimos fazer **uma só pergunta** ao senhor general: É sobre esse espírito

que se têm vindo a dividir novamente as messes, bases e cantinas recolocando a utilização destes serviços novamente como antes do 25 de Abril, só para oficiais, só para sargentos e para praças?

## A RELAÇÃO EXÉRCITO-SOCIEDADE

Nos considerandos apontados antes da apresentação da sua proposta do novo Exército, Eanes ignorou deliberadamente a relação que existe entre a estrutura social e a estrutura das Forças Armadas, as quais entregam a primeira. É esta relação de dependência que Eanes conhece bem; simplesmente prefere não a referir até porque tem a ilusão (fruto da classe a que pertence e de quem é fiel guardião) que com umas Forças Armadas, das quais pensa poder eliminar a luta de classes, conseguirá antes a regularização de uma sociedade dividida em classes que ao longo de todo este processo «avivaram» a sua consciência. Este oficial exprime de forma límpida o discurso ideológico da sua classe: a eficiência do partidário, a ordem, e a liberdade são palavras vãs negadas no dia a dia nos quartéis e repartições onde estes termos só têm sentido para a burguesia fardada: os oficiais.

A reconstrução do País, a independência nacional e o avanço para o socialismo, só se concebem com a participação activa dos trabalhadores, civis e fardados e esta exprime-se pela luta e a eliminação da classe a que o senhor general pertence por muito bem que esteja reestruturado o Exército da burguesia; um outro Exército cresce e se organiza e parte dele há-de ser formado por trabalhadores fardados que R. Eanes neste momento enquadra — o Exército Revolucionário do Proletariado.

## “REPÚBLICA”

# Traição consumada

A última decisão do C R sobre o jornal «República» parece encerrar definitivamente o caso que confrontou os trabalhadores com a administração da empresa. A promessa de entrega das chaves, pressupondo plenos poderes para a antiga-nova administração (os saneamentos não devem tardar muito) significa certamente o afastamento dos «indesejáveis».

Nada disto surge por acaso sendo, em última análise, mais uma das consequências do golpe de direita do 25 de Novembro, pois a grande força que apoiava os trabalhadores, o COPCON, foi desmantelada e Otelto está preso.

Por outro lado, a «quinta coluna» que se infiltrou entre os trabalhadores e que ainda tem a sua cabeça na própria CCT (através de alguns dos seus mais destacados membros), vinha já desde há muito tem-

po sabotando a luta e a causa dos trabalhadores. No entanto, foi preciso que mudasse a correlação de forças para que, utilizando uma manobra intimidatória baseada no fecho definitivo do jornal, os referidos contra-revolucionários pudessem levar o seu trabalho a bom termo.

A derrota dos trabalhadores é compreensível, embora deva ser criticada a sua deficiente capacidade de organização, o que explica a fraca oposição existente pela parte dos muitos camaradas que não concordavam com a forma como as negociações foram conduzidas.

Os trabalhadores terão que se adaptar a esta nova situação fortalecendo as suas organizações, contando com as suas próprias forças e, quando a Revolução Socialista triunfar, os traidores das lutas dos trabalhadores (entre os quais os do República) terão que responder pelos seus actos.

# LUTAS DOS TRABALHADORES

## LATOARIA MECÂNICA ORIENTAL

# O PATRÃO NÃO PAGA DESDE OUTUBRO

Cerca de 60 operários da Latoaria Mecânica Oriental, em Lisboa, entram em greve na passada sexta-feira (dia 23), em virtude do patrão já lhes dever o salário de quatro meses (Novembro, Dezembro, subsídio de Natal e Janeiro).

Trata-se apenas de uma das muitas empresas cujos trabalhadores estão há vários meses sem receber e, no drama angustiante das dificuldades porque passam, está traduzida a brutalidade de um sistema que se utiliza dos trabalhadores para benefício de uma infima minoria de indivíduos: os capitalistas.

Conversámos com diversos camaradas desta empresa que nos afirmaram:

«A nossa empresa produz embalagens metálicas, isto é, latas que vão para as companhias de petróleo (Shell, Mobil e Sacor). Decidimos entrar em greve para que o patrão nos pague, pelo menos, dois dos quatro meses que tem em atraso.

Além disto, o salário mais alto que existe na oficina é de 4750\$00, quando o contrato estipula 7750\$00. A situação das mulheres é, de resto, ainda pior na medida em que ganham apenas 3700\$00, líquidos.

Neste momento não temos falta de encomendas, embora isso já tenha acontecido noutras ocasiões; o que nos preocupa é a falta de matéria prima.»

**Uma outra camarada afirmou-nos:**

«Eu tive de deixar a minha casa, porque a renda era cara e o patrão tem já quatro meses em atraso. Vi-me, assim, obrigada a ir com o meu filho para casa da minha mãe. Sem ordenados não temos nada; nem dinheiro para os transportes nem para a renda da casa.»

Encontrando-se os trabalhadores nesta difícil situação, é legítimo perguntar qual é a justificação dada pelo patrão para não pagar os salários. A

este respeito, os camaradas com quem falámos disseram-nos que «todo o dinheiro que entra no escritório e na gerência serve para pagar as dívidas do patrão. Quer dizer, ele está a tentar recuperar à nossa custa: explora a malta e ele fica bem, enquanto que nós vamos morrendo à fome.

Nós temos que estar a trabalhar para ele e não recebemos nenhum. A casa já andava com prejuízos antes do 25 de Abril e, por isso, há um ano não recebemos o salário completo, isto é, vamos recebendo aos poucos.

Em Outubro, quando recebemos algum dinheiro atrasado, o patrão ficou com 17 000\$00 para ele, tendo então dito que não lhe chegava para as despesas.»

**Os trabalhadores têm, como se vê perfeita consciência da dificuldade da situação em que se encontram, como de resto está expresso nesta exclamação de um dos camaradas da Latoaria Mecânica Oriental:**

«Isto é uma situação caótica. Ninguém vive do ar.»

### PERSPECTIVAS DE LUTA

Tal como em diversas empresas



em luta, também nesta fábrica existem problemas com a Comissão de Trabalhadores. Assim:

«A Comissão de Trabalhadores pediu a demissão porque alguns dos operários achavam que ela não estava a fazer nada. A verdade é que surgiu um grande descontentamento entre os trabalhadores porque não se recebia o salário, o que não quer dizer que a C.T. não fizesse nada.

No entanto, temo-nos mantido unidos no fundamental.

Quanto ao modo como vamos prosseguir na luta, isso está dependente em parte de uma reunião que vamos ter no dia 30 no Ministério de Trabalho; temos também que formar uma Comissão de Controlo Operário, a partir de operários eleitos por nós em

Plenário.

Todavia, estas reuniões no Ministério do Trabalho não resolvem os nossos problemas, até porque há já sete meses que o Ministério prometeu uma sindicância e, até agora, nada!

Por outro lado, a Comissão de Controlo Operário, para a qual temos cá trabalhadores competentes, não serve só para assinar cheques, mas também para saber para onde é que o dinheiro vai. Um dos pontos que tem que ficar bem seguro é o ordenado do patrão; o plenário decidiu baixá-lo para 15 000\$00, mas ele aumentou-o para 22 contos, o que nós não permitiríamos.

É que nós estamos dispostos a que a luta continue, e com os pés bem assentes no chão.»

# O CASO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS

Como aconteceu em muitos outros organismos de Estado, também a Câmara Municipal de Cascais veio a sofrer uma remodelação depois do 25 de Abril de 1974.

Passou a existir uma Comissão Administrativa, nomeada através do Estado e que integra elementos normalmente escolhidos pelas posições progressistas já conhecidas e mais ou menos da confiança da população.

Com o agudizar dos conflitos sociais a todos

os níveis, com o conhecimento mais claro das posições partidárias e, com a viragem clara do processo revolucionário e o consequente aproveitamento pela direita, vieram-se a registar em inúmeras autarquias locais actos de contestação por parte da população manipulada na maioria das vezes por forças políticas.

### DESENROLAR DA LUTA

Assim, na Câmara Mu-

nicipal de Cascais existe uma Comissão Administrativa composta por antifascistas ao lado de uma comissão de trabalhadores da Câmara que foi eleita logo após o 25 de Abril e que integra um elemento ex-ANP!

A Comissão de Trabalhadores, que veio a ser dominada por este fascista, desenvolveu uma acção no sentido de sanear a comissão administrativa, desenvolvendo-se o processo sem o conhecimento dos trabalha-

dores da Câmara. Posteriormente houve um plenário de trabalhadores da Câmara, convocado pelas comissões de trabalhadores, o qual se destinava a decidir se se haveria de entrar em greve ou não, contra a actividade da Comissão Administrativa. Houve grande discussão ao ponto da polícia manifestamente contra a decisão de greve.

Por fim votou-se o «sim» à greve.

Por outro lado os tra-

balhadores dos serviços camarários reunidos em plenário repudiaram a greve dos trabalhadores da Câmara contra a C.A. através de um comunicado.

O P.P.D. surge então, convocando uma manifestação de apoio à greve (que não foi total), tendo-se os trabalhadores apercebido que estavam a ser manipulados pela direita a quem interessava desalojar da Câmara elementos progressistas.

Por tudo isto, os trabalhadores decidiram acabar a greve, tendo ficado claro que a Comissão de Trabalhadores não representa os interesses dos trabalhadores da Câmara; por outro lado, veiu-se a falta de numa organização de trabalhadores que, no decorrer do processo tivesse to-

mado posição perante a infiltração de elementos reaccionários no seio das organizações de trabalhadores.

Seria pois uma Comissão de Luta dos trabalhadores integrando elementos de vanguarda que teria este papel, dando uma resposta rápida e dirigindo a luta no local de trabalho.

É pois, necessário e urgente em cada fábrica, e local de trabalho, face à luta que aí se desenvolve; face à reitegração de administradores saneados ou antigos patrões ou outras tentativas de sabotar a luta dos trabalhadores e os dividir, criar Comissões de Luta de local de trabalho como resposta organizada da consciência dos trabalhadores.

# TRABALHADORES EM LUTA

## TÊXTIL MANUEL GONÇALVES

# "UM DESAFIO AOS TRABALHADORES"

A gravíssima crise em que se encontra o capitalismo português tem feito com que diversas empresas caiam numa difícil situação económica, o que, por seu lado, cria em muitos trabalhadores um estado de desânimo, motivado pela inexistência de uma global alternativa revolucionária.

Exemplo frisante desta situação é o caso verificado na «Têxtil Manuel Gonçalves», empresa onde se discute a possibilidade do regresso do patrão. Vejamos o que diz, a este propósito, o comunicado da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis de Portugal:

«O chamado caso da Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.R.L.» é um caso Nacional. Não interessa apenas aos patrões ou aos 3.200 trabalhadores desta empresa. É um caso do Povo Português, é uma prova de força da classe patronal apoiada em forças políticas conservadoras contra a classe trabalhadora, é um desafio às conquistas dos trabalhadores após o 25 de Abril. Não apenas porque a «Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.R.L.» é a maior empresa do ramo e a oitava maior exportadora do País, mas porque o regresso da administração (nas actuais condições) significa o recuo ao passado e representa um golpe (mais um golpe) nas conquistas democráticas, nomeadamente as sindicais. Patrões afastados pelo Governo em dado momento, devido à sua administração fraudolenta, vão ser agora reintegrados pelo actual Governo? Os ex-administradores tentam regressar movimentando grupos de pressão e intimidação dentro e fora da Empresa, criando o terror e mentindo com voz solene para salvar a «economia nacional» depois de a terem sabotado.»

Mais à frente pode-se ler no referido comunicado:

«Como é que uma administração pode comprar (com empréstimos da Banca à Têxtil) à Herdade das Tezas (uma coutada de caça) no Alentejo, por 38.000 contos, para recreação dos administradores?»

«Como é que o suor, as lágrimas e o sangue dos trabalhadores serviram para comprar residências e andares (em nome da Têxtil) por 17.000 contos? Como é que muitos trabalhadores não têm poupanças para uma bicicleta e o sr. Manuel Gonçalves (em nome da Têxtil) comprou um avião por 4.764 contos?»

«Como é que a administração manda pagar ordenados mensais de 33 contos a tres senhoras e de 10.900\$00 a uma quarta e ainda todos os impostos — senhoras estas que nunca administraram a Têxtil, que muito menos trabalharam na Têxtil? Que têm estas senhoras a ver com a Têxtil, para além da sua relação de familiaridade com os seus então administradores?»

Mais: havia pessoas a receber dezenas de contos por mês: não eram co-

nhecidas na empresa nem talvez conhecessem a empresa. Mais — muito mais: dois gereptes receberam de ordenados, em 1974 (só em 1974) 3.000 contos. Contudo, a ex-comissão sindical teve de travar dura luta para conseguir arrancar à administração o ordenado mínimo de 4.500\$00 para os trabalhadores.»

### 1800 CONTOS EM «DESPESAS CONFIDENCIAIS»

E o comunicado prossegue:

«Como é que uma administração pode gastar num ano 4.500 contos para manter apresentáveis aos convidados as suas vivendas, quinta alentejana e avião (manutenção a cargo da Têxtil), quando a maioria esmagadora dos trabalhadores não tem uma casa decente e de quintas vai tendo (ainda) a quinta-feira e de aviões os que o Pai-Natal (por vezes) dá às crianças?»

«Como é que sendo Portugal o País com a maior taxa de mortalidade infantil da Europa, como é que mais de 90 por cento das crianças não tendo uma creche — a administração da Têxtil Manuel Gonçalves gasta (por conta da Têxtil) 1200 contos nos preparativos para um baptizado de um filho de um administrador? Como é que a «Sombra» que fabrica e vende artigos de decoração e mobiliário, (onde Manuel Gonçalves tem cota) deve (não se sabe se por razões sombrias) 4.200 contos?»

«Como é que uma administração (só em 1974) investe 1.800 contos em «despesas confidenciais»... E nós a julgar que só a CIA e outras organizações de espionagem tinham «despesas confidenciais» para golpes de Estado e outras actividades sinistras!»

### OS TRABALHADORES SOVRERÃO AS CONSEQUÊNCIAS DOS SEUS ERROS

«Ninguém mais que os trabalhadores sofrerá as consequências dos seus erros. Ou a Têxtil Manuel Gonçalves vai sendo progressivamente controlada pelos Operários (o controlo operário já foi aprovado pelo Conselho da Revolução e pela Assembleia Constituinte) ou a Têxtil Manuel Gonçalves passará de novo para o controlo do patrão.»

Os trabalhadores têm o direito, o dever e a obrigação de lutar pelos trabalhadores. Nunca trabalhadores ainda que enganados ou com medo da «lista negra» dos despedimentos, poderão lutar contra companheiros seus, sem atraiçoarem a classe a que pertencem. Os trabalhadores responsabilizarão o Governo pelas decisões fimes que tem de tomar: Mais uma vez vai ser feito um teste à Revolução Portuguesa. Manuel Gonçalves é tão necessário na empresa como o fascismo em Portugal, para oprimir e explodir!!!...»

## BRAGA Que aperte o cinto quem ainda não o apertou

Na altura em que a canalha fascista levanta a cabeça, ultrapassando e atacando os seus antigos encobridores, a classe operária mobiliza-se e passa à ofensiva, fazendo recuar a burguesia mesmo nos locais que ela considera como seus.

Assim aconteceu em Braga, assim acontecerá sempre que os trabalhadores se unam e organizem e estejam dispostos a lutar até à vitória final.

Alguns milhares de pessoas acorreram, no passado dia 24, à manifestação promovida pelas direcções de diversos sindicatos das zonas de Braga, Guimarães e Barcelos constituídas em Comissão de Luta e à qual aderiram comissões de moradores e trabalhadores, que percorreu as ruas de Braga partindo de uma concentração na Praça do Município.

A não substituição do Delegado do Ministério do Trabalho, foi um dos objectivos da manifestação, pois «como bem tem sido denunciado pelos trabalhadores, o sr. ministro e o sr. secretário transformaram o Ministério do Trabalho, em Ministério das Corporações... os capitalistas já se movem à vontade em Lisboa no Ministério dito do Trabalho e aos trabalhadores e dirigentes sindicais são-lhes postas todas as dificuldades quando se trata de resolver os seus problemas».

O aumento do custo de vida, que mobiliza a classe operária e os traba-

lhadores em geral para a luta, foi também um dos objectivos da manifestação conforme o manifesto da Comissão de Luta pró-manifestação que transcrevemos: «Os nossos salários hoje valem menos do que ontem, e amanhã valerão menos que hoje, se não nos unirmos e organizarmos para fazermos recuar a burguesia capitalista que, subindo os preços diariamente, nos reduz os nossos já tão míseros salários.»

Todos os dias os governantes deste país vão à televisão e aos jornais falar em crise económica e em medi-



das de austeridade.

Mas foram os capitalistas a provocar a crise e, como tal, tem que ser eles a pagá-la, e não os trabalhadores com a mais escandalosa subida de preços de que há memória no nosso país.

Sobem os preços das batatas, carne, peixe, azeite, transportes, gasolina, cerveja, tabaco, taxa de televisão, taxas postais, impostos...

Se os trabalhadores o continuarem a consentir, subirão os preços do leite, da água, do gás...»

Foi por tudo isto que os trabalha-

dores presentes gritaram: Que aperte o cinto quem nunca o apertou!, «Salários justos, sim, de miséria, não!» e «Fim ao desemprego, trabalho para todos!» como palavras de ordem.

Queremos ainda assinalar que apesar da tentativa de delegados sindicais, pretenderem reduzir a jornada de luta à simples concentração, alegando «a possibilidade de provocação, montada por forças reaccionárias», os trabalhadores presentes, exigiram a saída em manifestação que decorreu sem incidentes. Que se tirem as conclusões.

# Que saída para os "nove"?

Muitos dos oficiais revolucionários que ocuparam importantes cargos no aparelho político-militar e que, com maiores ou menores contradições, se comprometeram abertamente na luta de libertação dos oprimidos portugueses, encontram-se presos, na clandestinidade ou, na menos má das hipóteses, colocados em casa com licença ilimitada.

Este facto, cuja gravidade e importância são, por si sós, sinal dos tempos que vivemos, traduz de uma forma clara a relação de forças existentes no actual poder político-militar (sobretudo militar), bem como o reduzido poder de decisão que tem, neste momento, o chamado «grupo dos nove».

Tomemos como exemplo a prisão de Otelo Saraiva de Carvalho, com a qual muita coisa se clarificou na relação de forças do actual poder.

Assim, é elucidativo que alguns elementos do grupo dos nove, justamente os mais significativos, se tenham pronunciado mais ou menos explicitamente contra a prisão do ex-comandante do Copcon. Em entrevista dada a «A Capital», o brigadeiro Charais, comandante da Região Militar do Centro, afirma:

«Otelo Saraiva de Carvalho é uma figura de nível nacional e a personalidade mais importante para o êxito do 25 de Abril. Portanto as Forças Armadas e o Povo Português tem uma dívida a pagar a Otelo. Se me vierem dizer que em 25 de Novembro houve um golpe e que o chefe desse golpe foi Otelo Saraiva de Carvalho, não acredito. Durante perto de dois anos de Revolução, Otelo teve muitas oportunidades, dada a sua força militar a nível nacional, em que poderia ter feito um golpe e não fez».

E mais adiante:

«Das faltas cometidas por Otelo é também culpada a própria organização militar».

Por seu lado, também Vasco Lourenço se referiu deste modo à prisão de Otelo:

«Continuo a ver cair nas prisões camaradas de armas que nos são queridos. A eles nos ligam laços de amizade, de camaradagem e de luta em comum que não são fáceis de destruir ou esquecer».

Estas afirmações de Charais e Vasco Lourenço demonstram bem quanto eles se encontram ultrapassados, além de provar que não concordam com a prisão de Otelo.

## O ACTUAL ALVO DA DIREITA

Uma vez eliminados ou afastados dos órgãos do poder a maioria dos oficiais que deram provas cabais do seu compromisso revolucionário, a direita militar continua a desbravar terreno, por tal forma que se criem em Portugal as condições político-sociais que permitam a saída para a crise em que o capitalismo se encontra.

Por isto, o «grupo dos nove» é, neste momento, um inimigo a abater pela direita militar (Pinho Freire, Moraes e Silva, Ramalho Eanes, Ferreira da Cunha, Loureiro dos Santos, Jaime Neves, Pires Veloso, Aventino, etc.) e não compreender este facto é praticar um grosseiro erro político de gravíssimas consequências.

Com efeito, tornam-se cada vez evidentes os ataques de que são alvo diversos elementos do «grupo dos no-

ve» (Melo Antunes, Vasco Lourenço Charais, Pezarate mesmo Vítor Crespo).

Importa ficar aqui bem claro que as posições defendidas pelos nove foram, não raras vezes, marcadamente anticomunistas (e não, como o pretendiam, anti-PCPistas) e objectivamente contra-revolucionárias, além de que serviram de trampolim para a direita militar.

Muitos dos oficiais que apoiaram o «documento dos nove» fizeram-no pela necessidade de, enquanto reaccionários que são, se oporem ao avanço da dinâmica revolucionária, não lhes interessando grandemente para o caso saber se concordavam ou não com a totalidade do documento em causa. Em suma, muitos dos oficiais que subscreveram este texto — a Imprensa reaccionária dizia trataram-se de 80 por cento dos oficiais do Quadro Permanente — pretendiam com a sua atitude apoiar tudo o que se opusesse à Revolução Socialista, objectivo que, de resto, o V Governo e os revisionistas então maioritários no seio do poder político, eram incapazes de fazer.

Por outro lado, o «documento dos nove», nas alternativas que propunha para a crise (que já então era bem aguda), era uma proposta notoriamente social-democrata, fosse na forma como eram sugeridas as relações comerciais com os países da EFTA e do Mercado Comum, fosse na forma como se pretendia abafar o Poder Popular.

Embora todos estes factos sejam recentes, a questão que hoje se coloca consiste em saber **porque motivo são os «nove» atacados por aqueles que há uns meses se diziam ao seu lado?**

É que, enquanto alguns dos elementos dos «nove» ocuparem diversos postos-chaves do actual poder militar, a direita está ainda parcialmente manietada, isto é, não tem a rédea suficiente para actuar como pretende.

No entanto, alguns dos «nove» já se aperceberam do perigo que (também para eles) representa a direita; assim, em visita efectuada ao Regimento de Infantaria de Setúbal, Vasco Lourenço afirmou:

«Algumas forças reaccionárias começam a levantar demasiado a cabeça, atacando a própria essência e razão de ser do 25 de Abril de 1974, esquecendo que, se falam, foi porque o mesmo lho permitiu e, apesar de todas as vicissitudes passadas, foi a maioria dos militares que estiveram na sua origem que evitaram situações ditatoriais em que não lhes seria permitido falar. A única conclusão que podemos tirar é a de que os que hoje

assim falam são os mesmos a quem era permitido falar antes do 25 de Abril de 1974».

Também Charais, na já referida entrevista a «A Capital», afirmou:

«Parece-me que a esquerda já tomou consciência dos erros que cometeu e tem de passar a actuar mais correctamente. Entretanto, a direita tem de falar e diz que tudo o que se passou foi por fraqueza da esquerda. Assistimos, efectivamente, a uma ofensiva da direita com a qual pretendem recuperar o processo político nacional. Penso, no entanto, que a esquerda não esteja muito abalada, mas em período de reflexão. Claro que a direita na ofensiva vai começar a fazer erros».

E mais adiante:

«Se a direita tem hipóteses de três meses ganhar a maioria nas eleições, quer apoderar-se do aparelho militar, fazendo saltar os homens que durante estes dois anos estiveram em foco».

Também Melo Antunes e Vítor Crespo são já duramente atacados pela direita, que entende tratarem-se de dois «comunistas disfarçados», altamente comprometidos «na entrega do nosso Ultramar».

## EQUILÍBRIO INSTÁVEL

Resumindo e concluindo: o grupo dos «nove» (com tudo o que significa em termos de apoio e força) encontra-se não apenas numa posição de relativa subalternidade mas é também, neste momento, um alvo preferencial da direita civil e militar.

Com esta análise não queremos, de forma nenhuma, minimizar o papel dos «nove» na actual situação política. De facto, os «nove» (ainda) ocupam posições de relevância no aparelho político-militar — têm por exemplo o comando das Regiões Militares de Lisboa Centro e Sul — o que explica que consigam ser, de vez em quando, contraponto da direita militar...

É neste contexto que devem ser compreendidas algumas conquistas parciais que os «nove» conseguem arrancar no Conselho da Revolução, como seja a possível libertação de alguns militares presos e acusados de implicação no 25 de Novembro.

Embora tudo este (des)equilíbrio se verifique no seio do poder burgues, a verdade é que se trata de um equilíbrio que, sendo uma contradição secundária, conduzirá à ruptura entre os seus dois termos.

Além disto, apesar da contradição fundamental em qualquer sociedade capitalista ser a que se opõe o proletariado à burguesia, importa não esquecer que, em determinadas situações do processo histórico, uma contradição secundária poder tornar-se, provisoriamente e até à sua resolução, em contradição fundamental.

Tendo tudo isto presente, e sem esquecermos o papel e a responsabilidade que os «nove» tiveram em toda a caminhada que nos trouxe até aos dias de hoje, perguntamos: **QUE SAÍDA TÊM OS «NOVE», SE NÃO QUISEREM SER ABSORVIDOS PELA DIREITA?**

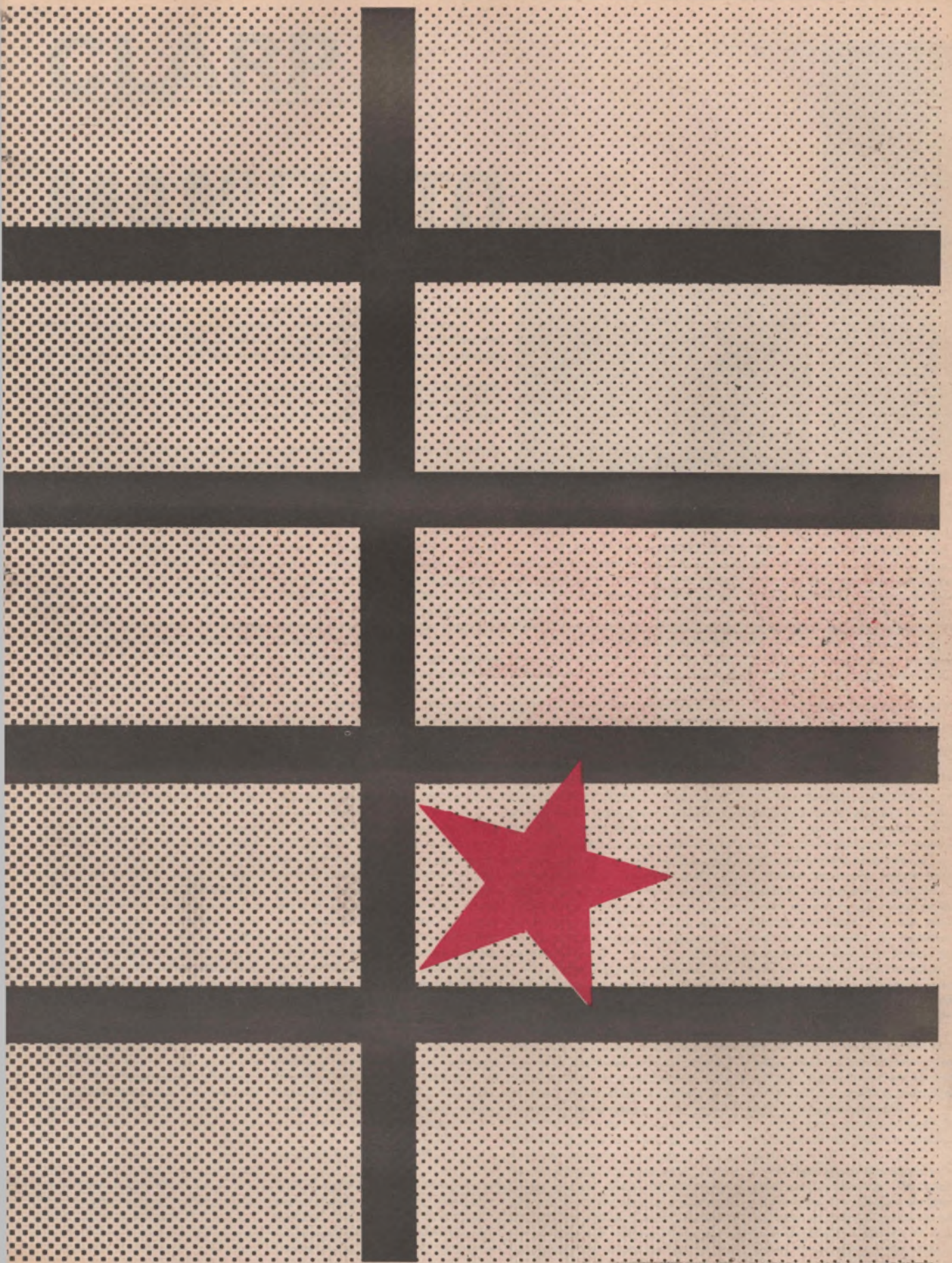
**OS "NOVE" — Entre os seus desejos e o fascismo**

**REVOLUCIONÁRIOS PRESOS — Entre a liberdade e a condenação**

**ENQUANTO O IMPERIALISMO SE PREPARA TECNICAMENTE PARA O FASCISMO**

arranquemos os  
revolucionários  
presos  
das mãos  
dos fascistas







# CLARP

# MANIFESTO

Desde o 25 de Novembro, os trabalhadores tem assistido a toda uma série de medidas antipopulares, à prisão de antifascistas e revolucionários.

O avanço da direita é notório, o que motiva que os trabalhadores se organizem e lutem pela libertação daqueles que desde sempre estiveram ao seu lado.

A formação do CLARP — Comité para a Libertação dos Antifascistas e Revolucionários presos, é já uma forma de organização, a que comissões de trabalhadores, de moradores, conselhos de aldeia, cooperativas, sindicatos, poderão aderir.

Transcrevemos em seguida o seu manifesto, no qual analisa a situação política actual e enuncia os seus objectivos.

## MANIFESTO

1. Em face do avanço do movimento popular e das conquistas alcançadas pelas massas trabalhadoras, a direita e o imperialismo necessitam urgentemente de restaurar o seu poder dia após dia mais abalado. O golpe militar do 25 de Novembro, monstruosa provocação cuidadosamente preparada pela direita militar e civil, vem permitir-lhe realizar esse objectivo.

2. Prendendo ou afastando os militares revolucionários, dissolvendo por inteiro regimentos progressistas, licenciando milhares de soldados, proibindo toda e qualquer organização democrática nos quartéis, as forças da direita recuperaram o principal instrumento necessário à sua dominação: umas forças armadas disciplinadas, dóceis, submissas, prontas a intervir sem discussão na defesa dos interesses dos exploradores e contra as conquistas do povo. A partir de agora podem dedicar-se à função que o capital e o imperialismo lhes apontam: as buscas, as rusgas, as prisões arbitrárias e selectivas estão na ordem do dia. A repressão, o terror, a transformação das liberdades democráticas numa farsa, tem constituído desde sempre o projecto político mais consequente do Estado capitalista em Portugal. Retomá-lo é o objectivo dos partidos e forças no poder. Não é pois de estranhar que a linguagem dos mais recentes comunicados oficiais — nomeadamente os do Estado-Maior do Exército — recorde demasiado a do SNI do fascismo. Nem sequer as expulsões e perseguições aos estrangeiros (isto é, aos antifascistas e revolucionários aqui exilados, nossos camaradas nossos companheiros nossos irmãos) estão ausentes de Portugal depois do 25 de Novembro.

3. A direita precisa a todo o transe de restaurar a economia capitalista. Só tem para tal uma única via — a antipopular, à custa dos trabalhado-

res: aumentos de preços, inflação, congelamento dos salários, aumento dos ritmos e cargas de trabalho. Militarizar o trabalho, destruir a organização democrática das fábricas, esvaziar de conteúdo o controlo operário, expulsar o povo das casas e terras ocupadas é o único plano económico da direita portuguesa, que o povo já começou a sentir.

4. Para levar à cabo a sua ofensiva ela necessita de um suporte ideológico: nesse medida, silencia a informação progressista (Renascença, «República» e outros) monopoliza a rádio e a TV, saneia e suspende trabalhadores, exerce uma apertada censura, usa a mentira e deturpa os acontecimentos no sentido de mais facilmente enganar o povo. Tudo isto em nome do «pluralismo».

5. A luta contra a repressão é hoje a frente prioritária da luta antifascista, pela democracia, contra a exploração e contra o imperialismo e exige a coordenação e centralização de actividades e iniciativas. **A frente actual dessa luta reside pois, na batalha pela libertação dos militares e civis antifascistas e revolucionários presos a partir do 25 de Novembro. O CLARP pretende ser o 1.º passo nesse sentido:** a luta pela libertação e pela reintegração dos camaradas presos permite denunciar ao povo a actual onda repressiva que se propõe desarmar as massas populares e os antifascistas, abrindo o caminho ao fascismo, ao regresso a 24 de Abril. A hora é hoje, mais do que nunca, de grande unidade revolucionária antifascista.

## OS OBJECTIVOS DO CLARP

6. O CLARP pretende levar ao conhecimento de todo o povo, dos trabalhadores, dos operários e camponeses, dos soldados e marinheiros, dos oficiais e sargentos revolucionários e antifascistas, a informação que, a partir do 25 de Novembro, a Imprensa,



A frente actual de luta reside na batalha pela libertação dos militares e civis revolucionários presos

sob controlo do novo poder reacção, não publica ou deturpa premeditadamente.

— O CLARP desenvolverá uma acção de propaganda visando denunciar a prisão de homens que dentro das Forças Armadas e do MFA se bateram pela defesa dos interesses do povo, fomentaram a organização popular, defenderam posições progressistas e revolucionárias, e que agora são alvo de miseráveis mentiras e calúnias e infamemente acusados de terem feito um golpe militar contra-revolucionário. O CLARP procurará esclarecer o povo português acerca do verdadeiro significado e dos objectivos políticos dessas prisões, feitas por um poder que liberta os carrascos da PIDE e da Legião e reabilita como heróis os fascistas conspiradores do 28 de Setembro e do 11 de Março.

— O CLARP considera que a defesa dos militares e civis antifascistas e revolucionários presos não pode circunscrever-se a uma mera defesa legalista já que o golpe de 25 de Novembro foi feito pelas forças civis e militares da direita apoiada pelo imperialismo internacional.

— A luta pela libertação dos revolucionários presos deve ter um sentido político preciso que leve em conta que o processo do 25 de Novembro não é um processo de justiça militar, mas um processo político e ideológico em que está em causa todo o processo revolucionário, as conquistas do povo as suas organizações de classe e a liberdade de propaganda e organização do povo sob todas as formas. Por isso, é uma luta que diz respeito à classe operária e a todo o povo, aos democratas e a todos os revolucionários que se devem organizar, erguendo o seu protesto e a sua luta, fazendo do processo pela libertação dos militares e civis antifascistas e revolucionários presos uma parte essencial do processo da sua própria libertação.

7. O CLARP lutará para impulsar a organização de comissões de luta nos locais de trabalho, de habitação e outros, que desenvolvem formas de luta (tais como debates colectivos de informação e de esclarecimento, boletins e jornais de parede e outras acções de massas) onde se unam todos os trabalhadores, todos os democratas e antifascistas, que conduzam pela sua acção sistemática à libertação de todos os revolucionários presos.

Lisboa, 10 de Janeiro de 1976

## O CLARP E O «25 DE NOVEMBRO»

Num plenário efectuado em 20 de Janeiro, o CLARP aprovou uma moção na qual repudia o «Relatório Preliminar do 25 de Novembro» analisando que esse relatório se apresenta:

**Numa linguagem repleta de insinuações, inexactidões, mentiras e calúnias, em que as suposições se transformam em factos — à boa maneira das notas officinas do fascismo — e em que às actividades legais e legítimas se conferem características suspeitas, o relatório é bem a imagem do compromisso existente actualmente ao nível dos órgãos do poder: a direita avança e rouba aos que com ela conciliam qualquer campo de manobra. Onde os conciliadores e os timoratos julgam haver um compasso de espera ve a direita a possibilidade de dar um passo em frente.**

Ainda numa moção, o CLARP repudia a prisão de Otelo e apela para que:

**Façamos da prisão de Otelo bandeira para a libertação de todos os antifascistas e revolucionários presos. Exijamos em todos os locais de trabalho e habitação, e através de amplas acções de massas, a liberdade para o Povo e a repressão para os seus inimigos.**

## REVOLUCIONÁRIOS PRESOS

# LUTEMOS PELA SUA LIBERTAÇÃO

Dois meses passaram, o golpe revolucionário do 25 de Novembro. Os revolucionários presos mantêm-se nas cadeias, sendo separados depois dos acontecimentos de Custóias. Uns mantêm-se lá, outros vão para Santarém, e poucos são postos em liberdade.

Otelo já faz parte do número dos presos. Quem se seguirá?

O Conselho da Revolução encara a possibilidade de fazer algumas libertações. Quem e quando? Porque algumas? Dúvidas que se levantam, e pelas quais os trabalhadores terão que se organizar e dar uma só resposta — a libertação de todos.

Ao longo destes meses, muitas denúncias têm sido feitas sobre as condições e causas que motivaram a prisão daqueles homens.

O poder acusa. Os trabalhadores reputam.

Porque, melhor que qualquer sr. conselheiro ou sr. ministro, os trabalhadores sabem quem esteve sempre ao seu lado, quem os acompanhou nas ocupações de casas e de terras,

quem revolucionariamente legalizou as expulsões dos patrões.

É assim que dentro e fora das prisões se luta. Em Custóias a solidariedade entre os revolucionários e os presos de delito comum é grande.

A discussão da sua situação, do porque da sua prisão quer dos revolucionários, quer dos de delito comum é diária.

Depois da saída do relatório do 25 de Novembro, os revolucionários presos em Custóias aprovaram uma moção exigindo o seu julgamento público, para que assim possam repor a verdade do 25 de Novembro.

### MOÇÃO DE MILITARES PRESOS

**«1. Repudiamos vivamente Relatório Preliminar 25 de Novembro 1975, contém falsidades, meias verdades e adulteração factos concretos. Contestamos alegada isenção relatório qual manifesta relação falaciosa factos independentes. Tomámos conheci-**

**mento primeira vez acusações nunca anteriormente formuladas eventualmente falsas declarações denunciantes.**

**«2. Repudiamos igualmente acusações havermos conspirado para perpetração crimes contra segurança interna do Estado.**

**«3. Consideramos justiça respeito pessoa e dignidade humanas foram desrespeitadas durante curso inquirido e divulgação pública seu relatório.**

**«4. Solicitamos libertação imediata e julgamento público onde verdade será posta ao Povo Português de acordo posição defendemos desde início.**

O telegrama é assinado pelos militares e civis presos em Custóias em consequência dos acontecimentos de 25 de Novembro.

### FASCISTAS SOLTOS LUTEMOS PELA SUA PRISÃO

Entretanto, e enquanto os revolucionários estão nas cadeias, os fascistas vão sendo libertados:

**Arnaldo Schultz** — General, antigo ministro do Interior de Salazar.

**Santos Junior** — Igualmente antigo ministro do Interior do regime salazarista, preso por fortes suspeitas de prática de crime de associação de malfeitores, no Forte de Peniche em Abril de 74. As «fortes suspeitas» dissiparam-se do dia para a noite.

**Moreira Batista** — Último ministro do Interior de Marcelo Caetano, no qual este tinha delegado grande parte das responsabilidades sobre a ex-PL-DE/DGS e antigo secretário de Estado da Informação e Turismo, preso no Forte de Peniche em Abril de 74.

**Kaulza de Arriaga** — General, antigo chefe da Aviação Militar Portuguesa, e comandante chefe das Forças Armadas em Moçambique. Esteve detido na Trafaria e no Forte de Caxias, desde o dia 28 de Setembro.

**Silva Cunha** — Antigo ministro do Ultramar, e da Defesa Nacional. Teve autorização para sair do País em virtude de, segundo ele, não ter possibilidades de subsistir em Portugal. Foi para o Brasil.

**Maltez Soares** — Capitão, era comandante do Corpo Especial da Polícia de Choque em 25 de Abril de 1974. Permanece no activo e está apresentado na Direcção da Arma de Infantaria.

# Uma carta a propósito do artigo "Contra o Liberalismo"

### CAMARADAS:

Tendo seguido com o maior interesse os esforços visíveis de melhorar o «**Revolução**». Conheço as dificuldades de toda a ordem que têm de enfrentar e parece-me indiscutível que, apesar delas, o nosso jornal preenche cada vez mais eficientemente a missão de grande responsabilidade que lhe cabe.

Dentro dessas dificuldades salientam-se as que resultam de, à falta de meios adequados, o «**Revolução**» ter de preencher, ao mesmo tempo, várias funções. Uma delas — a do tratamento teórico de certos problemas gerais — tem recentemente sido alvo de atenção particular. No entanto, creio que nem sempre este aspecto tem recebido a atenção que merece, caindo-se em erros que seriam facilmente evitáveis. O que me preocupa de momento não são as «grandes questões, teóricas bastractas», mas as que podem ter, e têm, consequências práticas na formação dos militantes e das massas, assim como na sua actividade política concreta. Neste contexto, vou referir-me apenas a

um artigo publicado recentemente no «**Revolução**».

Trata-se do texto de Mao-Tse-Tung sobre as regras de conduta a que deve obedecer o comportamento dos militantes revolucionários. A gravidade do caso não reside em publicar-se um texto de tal autor, mas em que apresentando assim «a seco» sem introdução, e depois da publicação de duas análises críticas do maioismo, o julgarmos susceptível de gerar a confusão. A nossa preocupação (e mesmo esquecendo o facto de se terem omitido arbitrariamente dois pontos da argumentação) relaciona-se principalmente com o moralismo abstracto apolítico e ignorante da luta de classes, revelado no texto e que constitui o desvio fundamental que o pensamento de Mao, como de Staline, encerra. Na verdade, bastará notar quais as qualidades que no final se apontam como paradigma do militante revolucionário para entender o nosso comentário: ele deverá ser «franco», «leal», «delicado», etc. Exactamente as qualidades exigidas ao bom militante da Mocidade Portuguesa ou da Acção Católica. E, se acrescentarmos que deve ser «patriota», tê-lo-emos

numa das frentes do P.C.P. na era abertamente stalinista é, porque não, mais envergonhamento, nas actuais, ou na UDP.

A o militante revolucionário exige-se mais: uma opção política e, sobretudo, uma prática revolucionária.

André

### NOTA DA REDACÇÃO

A carta acima transcrita, na análise que faz ao modo como foi publicado o texto «Contra o liberalismo» de Mao-Tse-Tung, levanta algumas importantes questões sobre as quais importa clarificar as ideias. Assim:

1 — O texto aparece a seco, sem introdução, e depois da publicação de duas análises críticas de maioismo

Pensamos que as críticas do camarada são inteiramente justas quando aponta a inexistência de uma introdução que explicasse os motivos da publicação do preferido texto.

Uma tal introdução em nada contribuiria para minimizar o real valor do texto, podendo mesmo, ao contrário, situar os leitores no condicionalismo histórico da China de 1937 (e não 1973 como, lamentavelmente, se afirmava em antetítulo) e, bem assim, nos problemas internos e externos com que se de

debatia o Partido Comunista Chinês.

Deste modo parece claro que ao escrever um texto desta natureza, Mao pretende lutar contra um erro então existente no seu Partido; por outro lado, e sendo um ponto assente que qualquer organização revolucionária reconhece os seus erros e deficiências, é neste contexto que se deve compreender a publicação do referido artigo no nosso jornal.

Pensamos, além disto, que o liberalismo existe não apenas em qualquer organização partidária mas também nos próprios organismos populares de base em que se organizam as massas trabalhadoras. E que, importa não esquecê-lo, «a ideologia dominante penetra também no proletariado».

Quanto às anteriores análises críticas do maioismo publicadas no «Revolução», há que distinguir entre o que é o maioismo e o que é a prática das organizações portuguesas (e não só) que se reclamam maioistas. Confundir ou identificar estes dois elementos é praticar um grosseiro erro político que se traduz numa deficiente compreensão do que é, na realidade, o maioismo.

Tratam-se de matérias bem distintas sobre as quais, de resto, há que fazer um conveniente aprofundamento.

2 — O facto de se terem omitido arbitrariamente dois pontos da argumentação é, apenas resultante de uma

TIMEX

# Contra a tentativa de despedimento de 700 trabalhadores

A luta dos trabalhadores da Timex já vem de longa data, tendo agora atingido um dos momentos mais duros com a tentativa de despedimento de cerca de setecentos trabalhadores.

A Timex, é uma multinacional, cujo trabalho é montar relógios, vindo as peças dos mais variados países. E é com isto que a administração, o grande capital internacional joga pois sabe quanto é difícil aos trabalhadores ultrapassarem esta fase.

Para sabermos da situação actual da Timex, conservámo-nos com a Comissão de Trabalhadores que nos descreveu os últimos acontecimentos.

## O PRINCÍPIO DA MANOBRAS

**Revolução — Como surgem os despedimentos?**

**Comissão de Trabalhadores** — Tudo isto começou em 7 de Outubro, quando a administração num seu comunicado propunha a formação de dois departamentos, o 555 e o 666 (fictícios), para pessoas directas e indirectas, ficando os trabalhadores pertencentes a estes departamentos sem trabalho. Isto para garantirem a continuação do funcionamento da empresa. Logo nessa altura se efectuou uma

Assembleia Geral, na qual os trabalhadores repudiaram a formação dos departamentos. Passou algum tempo em que parecia que a administração tinha aceite a nossa decisão, mas o que é certo é que tivemos conhecimento de que eles tinham ido ao Ministério do Trabalho por a questão do despedimento de setecentos trabalhadores e

de que aos restantes, seria reduzido o horário de trabalho, passando a trabalhar tres dias por semana.

Marcámos imediatamente uma reunião no Ministério para ver o que se passava e para saber a posição do Governo. Aí tivemos a confirmação da posição da administração relativamente ao Ministério: disseram-nos que os despedimentos só podiam ser feitos segundo a lei e que só se efectuariam em última análise.

## OS SEGREDOS DA TIMEX

Depois disto acedemos a fazer uma reunião conjunta com a administração no Ministério do Trabalho. Os trabalhadores levantaram grandes dúvidas sobre o plano de trabalho pa-

ra 1976 da administração, segundo o qual apenas tínhamos 138 dias de trabalho, porque dava os tais tres dias por semana. A administração invocou ainda a recessão do mercado, a qual os trabalhadores não podiam confirmar dado que não possuíam os planos de produção das outras fábricas. Exigiu-se a apresentação disso, mas a administração recusou-se porque ia desvendar os segredos da TIMEX!

No fim dessa reunião ficou estabelecido que a administração apresentaria o seu plano aos trabalhadores e o Ministério nomearia uma comissão técnica para a apreciação das questões apresentadas por ambas as par-

Continua na pág. 10

# O QUE SIGNIFICAM POLITICAMENTE OS TABELAMENTOS DOS PREÇOS

falha, naturalmente involuntariamente, verificada durante a paginação do referido artigo.

3 — Revelará o texto um moralismo abstracto, apolítico e ignorante da luta de classes?

Certamente que não.

Como afirmamos no ponto 1., este texto é escrito em condições muito concretas da luta de classes na China de 1937, isto é, numa altura em que as massas populares, comandadas pelo P.C.C. terem combatido de armas na mão (tratava-se de uma guerra civil) estádio político de uma organização chinesa que defendia os interesses dos grandes campalistas, latifundiários e dos imperialistas, lutavam contra o invasor japonês.

Se o liberalismo deve ser implacavelmente combatido em qualquer situação política, compreende-se que, por maioria de razão, numa guerra civil o deva também ser. Analogamente para a situação de intensa crise que hoje vivemos em Portugal.

Em suma: o texto, sendo escrito necessariamente numa situação concreta, mantém o essencial da sua importância para qualquer situação ou estádio político de uma organização revolucionária (ou não) que se pretenda revolucionária.

4 — Porque motivo não deve um revolucionário ser franco, leal e dedicado para com os seus camaradas e para com a organização em que milita?

Por outro lado, o que pode haver de comum neste modo de comportamento de um revolucionário e nas «ualidades exigidas ao bom militante da Mocidade Portuguesa ou da Acção Católica»?

Acima de tudo, há que ter presente que o comportamento de um individuo tem que se analisar em função do trabalho em que esse individuo se encontra, e não isoladamente, à laia de «coisa em si», como nos parece fazer o camarada autor da carta a que estamos a responder.

Aparentemente o governo social-democrata desistiu de aplicar a sua política de subida dos preços. Successivas reuniões do Conselho de Ministros anunciam tabelamento de alguns preços abaixo dos que estavam a ser praticados. A carne, o peixe, o açúcar, as batatas são abrangidas por novos tabelamentos.

Será que o governo está agora disposto a penalizar as classes com maiores rendimentos e não as classes trabalhadoras? Os trabalhadores, todos os explorados, têm de estar atentos e não se deixar enredar numa manobra do Governo, Governo este que sabe não se poder manter por muito tempo. É preciso compreender as razões deste aparente recuo da força interessada no restabelecimento e reforço de relações de produção capitalistas.

De um ponto de vista económico o VI Governo sabe bem que é vital para o estabelecimento do capitalismo retirar aos trabalhadores parte do poder de compra que estes conseguiram depois do 25 de Abril. Por outro lado, o governo foi obrigado a realizar contratos apressados para o fornecimento de bens alimentares ao país, o que o obrigou a pagar preços mais elevados num momento em que as reservas do Banco de Portugal desaparecem. No imediato, quem é penalizado com estes novos preços são os trabalhadores agrícolas que assim serão obrigados a vender os seus produtos a baixos preços. De novo o sector agrícola é sacrificado como o foi ao longo de todo o regime fascista.

Só existem duas vias para o resta-



belecimento do equilíbrio económico:

— Ou uma via que passe pela apropriação colectiva dos meios de produção e pela planificação socialista da economia.

— Ou uma via que recrie condições para activar os capitalistas com reforço do capitalismo agora desmembrado e que assentará na repressão económica e política dos trabalhadores (pois só elevando os preços é que fará aumentar as taxas de lucro da burguesia industrial).

A explicação para estes tabelamentos tem pois de ser encontrada a nível político. Os partidos social-democratas que detêm o poder (P.P.D.-P.S.) foram obrigados, por razões eleitoralistas a recuar no campo económico. As primeiras concentrações de trabalhadores no pós 25 de Novembro mostraram aos sociais-democratas e fascistas se lançam ao ataque das organizações dos trabalhadores brandindo o pseudo-relatório do 25 de Novembro, vi-

ram-se obrigados a recuar no campo económico. É pois uma manobra de diversão com que a burguesia procura ganhar tempo para consolidar e alargar o seu controlo político e fortalecer o seu aparelho repressivo antes de avançar de novo no campo económico.

Na lógica eleitoralista dos seus partidos é preciso «aguentar o barco até às próximas eleições». A um partido como o P.S. (que detém o Ministério das Finanças) interessa dar à sua clientela eleitoral uma imagem de capacidade de «endireitamento» da economia, para tentar não perder a maioria dos votos. Por isso S. Zenha vem à televisão dizer que tudo está a ir melhor no momento em que as divisas fogem como fumo.

Só a resposta dos trabalhadores poderá impedir que a burguesia avance com a sua não-alternativa e faça sobre as suas costas desarticulação e crise do capitalismo monopolista e colonialista português.

# NACIONALIZAÇÕES E CAPITALISMO DE ESTADO



As nacionalizações que se processaram após o fracasso do golpe reacionário do 11 de Março, encontram-se seriamente comprometidas, neste momento em que a direita levanta a cabeça, em que os trabalhadores e suas organizações sofrem toda a espécie de retaliações por parte da burguesia, em que a repressão se abate sobre os antifascistas e revolucionários. As empresas colocadas sobre a gestão dos trabalhadores, regressam aos antigos patrões, e já se houve o inquietante boato de desnacionalizações da banca e outros importantes sectores.

As nacionalizações não são, em si, já o socialismo, mas quando acompanhadas pelo controlo operário da produção são a principal característica do modo de produção socialista.

O controlo dos trabalhadores, exercido pelos órgãos por eles eleitos, sobre as empresas expropriadas ao capitalismo, é a forma genuína de sociedade socialista. Quando esse controlo não é exercido por órgãos democraticamente eleitos e revogáveis pela totalidade dos produtores, quando se reduz a uma tarefa atribuída a funcionários nomeados pelo Estado (mesmo que se gida um Estado operário), não temos o verdadeiro socialismo, mas sim, a sua degenerescência: o capitalismo de Estado.

## CRISE DO SISTEMA E NACIONALIZAÇÕES

O apelo às nacionalizações, como palavra de ordem de conteúdo progressista é, de facto, uma palavra de ordem recuada, por não sair do âmbito da tentativa capitalista de recuperação económica de sectores em crise.

A nacionalização não implica, de forma alguma, uma tendência socialista ou socializante nas relações produtivas e até pode ter um caráter marcadamente capitalista. Nacionalização sem controlo operário, mais não são que a perpetuação das formas capitalistas de dominação, a substituição do patronato privado por um novo patrão: o Estado.

A agudização da luta de classes leva a formas reivindicativas, em que a exigência de nacionalizações é uma etapa a percorrer. É uma etapa, e não o objectivo final. Este será a socialização ou seja o controlo e gestão operária da produção.

A luta de classes age da mesma maneira, no princípio e no fim do período capitalista: no período ascendente do capitalismo, isto é, enquanto os

efeitos da baixa da taxa de lucro não se fazem sentir de uma maneira pertinente, e o capitalismo não entrou na fase da sua crise orgânica, a relação de forças entre o proletariado e a burguesia pode influenciar de uma maneira considerável a repartição do produto social; é o período durante o qual, o sucesso de pequenas lutas pode ter uma importância considerável e durável.

Por outro lado, no período de agonia do capitalismo, torna-se impossível qualquer concessão ao proletariado por parte da classe dominante. Esta é obrigada, pela crise orgânica da sua economia, a arrancar de novo das mãos da classe, tudo o que esta conseguiu durante o período precário. As reformas tornam-se objectivamente impossíveis, encontrando-se directamente a sociedade perante o dilema: Revolução ou contra-revolução, cuja tradução económica é o domínio da produção pelos produtores ou determinação absoluta do nível de vida destes pela necessidade de um máximo de lucro para o capital.

São tarefas da contra-revolução, obter os resultados que o reformismo não conseguiu. É sob a forma de fascismo ou de capitalismo de Estado, altamente centralizado e burocratizado, que a Contra-Revolução pode estabelecer a determinação absoluta do nível de vida da classe operária.

Karl Marx, por diversas vezes, definiu o que determina esse nível de vida, como característica das relações clássicas de produção:

«O nível de vida da classe operária é determinado por factores históricos, morais e sociais» («Capital» — I volume).

«É determinado pela relação de forças ente o proletariado e burguesia».

(«Salário, preço e lucro»). «Pelos necessidades internas da acumulação capitalista para a redução ao mínimo do parte paga do dia de trabalho, sob a pressão da baixa da taxa de lucro e da crise crescente do sistema capitalista» («Capital» — 3.º volume).

## NACIONALIZAÇÕES: SOCIALISMO OU EXPLORAÇÃO?

A nacionalização dos meios de produção não é, de forma alguma, equivalente à abolição da exploração; nenhuma propriedade estatizada se forma, por isso, uma base para as relações de produção socialistas.

Pelo contrário, não é pelo facto de se tornarem proprie-

dade estatal que os meios de produção perdem o seu carácter de capital. Engels dizia no «Anti-Dühring»: «O Estado é o capitalismo colectivo ideal». Ao contrário das teses trotskistas de que o capitalismo de Estado só é realizável em sociedade socialista (Trotsky em «A Revolução traidora»), ele existia em sociedade capitalista como por exemplo na Alemanha no período anterior à 1.ª Guerra Mundial. Lenine contatava, em 1916, que «o capitalismo de Estado era uma realidade da época» (obras — vol XXI).

O I Congresso da Intersindical Comunista (1931) proclamava no seu manifesto:

«A estatização da vida económica é um facto consumado. A partir de agora, voltar, não diremos de livre concorrência, mas à dominação dos trusts e a outros tentáculos capitalistas é impossível. Agora, resta saber quem tomará em mãos a produção do Estado do proletariado vitorioso».

Esta questão que fica no ar, só poderia ter duas respostas possíveis: ou o proletariado tomaria nas suas próprias mãos o seu destino, controlado e gerido a produção, ou enossaria essa responsabilidade ao Estado burocrático, que faria a planificação, sem a sua intervenção directa. A história mostrou-nos que vingaria a segunda hipótese, o que levaria à degenerescência do sistema dos soviets como forma mais acabada do poder proletário, como os órgãos autênticos da sua Ditadura.

## NACIONALIZAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO

Se a nacionalização não for socialista, será a forma mais pesada e mais acabada da exploração, no interesse da classe dominante.

O que confere ou não, um carácter socialista à propriedade nacionalizada é a estrutura das relações de produção. Só se a Revolução acarretar uma transformação radical das relações de produção na fábrica, nos campos, ou seja, conseguir realizar a gestão operária, é que ela poderá conferir simultaneamente um conteúdo socialista à propriedade nacionalizada, e criarmos a base económica para o Poder Popular.

O Poder Popular não se consolida por si próprio: degenera como todo e qualquer poder estatal. Só poderá consolidar-se a partir da modificação fundamental das relações de produção, isto é, do acesso da massa dos produtores à direcção da economia.

No primeiro país onde o po-

der popular foi um facto, a Rússia Soviética, nenhum destes pressupostos foram atingidos. O poder dos soviets foi progressivamente atrofiado, porque a sua raiz, a gestão operária da produção, não existia.

Foi assim que o Estado Soviético perdeu rapidamente o seu carácter proletário. Uma vez que a economia e o Estado ficaram sob o domínio da burocracia, a propriedade estatizada tornou-se a forma de poder dessa burocracia.

## NACIONALIZAÇÃO E BUROCRACIA

Nacionalização e propriedade nacionalizada são expressões antimaxistas e anti-científicas. Nacionalizar significa dar à Nação, ou seja, dar à classe dominante da Nação.

A nacionalização não é, de maneira nenhuma, incompatível com uma dominação de classe sobre o proletariado. Pode até exprimir os interesses da casta burocrática, numa sociedade com planificação socialista. A burocracia surgia da classe, e instituindo-se como classe do-

minante, dá origem a formas de economia, nada diversas das dos países capitalistas e o desenvolvimento das forças produtivas sob o seu impulso é um fenómeno sem alcance histórico: de facto, a burocracia é o pior travão ao desenvolvimento das forças produtivas.

## SOB O CAPITALISMO DE ESTADO: DUAS CLASSES EM CONFRONTO?

Na sociedade socialista, as relações de produção não são relações de classe, porque cada indivíduo encontra em relação com o conjunto da sociedade, da qual ele próprio é um agente activo, e não com uma categoria de indivíduos ou grupos sociais detentores de poderes económicos, e dispondo dos meios de produção.

A diferenciação dos indivíduos, pela divisão do trabalho, não implica uma diferenciação de classe, pois não implica relações diferentes com o aparelho produtivo: um trabalhador, enquanto membro de uma sociedade socialista, deve

participar na determinação das condições de trabalho, da orientação da produção e da retribuição do trabalho. E isto só é possível pela realização completa do controlo e gestão operária da produção, ou seja, a abolição da distinção entre dirigentes e executantes do processo de produção. Caso contrário, não serão abolidas as relações capitalistas de produção sendo a classe burguesa pura e simplesmente substituída por uma casta burocrática.

Duas categorias se encontram em presença na sociedade, onde a gestão operária não chegou às últimas consequências: o proletariado e a burocracia, dando origem a relações de classe pois os meios de produção estão nas mãos da burocracia.

O operário passa a vender a sua força de trabalho ao Estado. Não sendo o Estado uma entidade abstrata, mas a expressão do poder de uma classe, é óbvio que a burocracia tarde a exigir-se em nova classe, e a repetir os mecanismos da exploração capitalista.

## TIMEX

# CONTRA OS DESPEDIMENTOS

Continuação da pág. 9

Tudo isto falhou porque a administração não apresentou nada e, pelo contrário tentou impor o seu plano anterior, fazendo com que os trabalhadores apresentassem as listas de trabalhadores a serem despedidos.

Claro que nos recusámos a colaborar nisto. No entanto eles conseguiram a colaboração dos chefes na feitura das listas que já nos apresentaram. O total de despedimentos é de 668. Queriam também encerrar a fábrica a partir do dia 23 até ao dia 7, cumprindo assim o seu plano de trabalho.

Revolução — Quais as formas de resistência a todas estas manobras?

Comissão de trabalhadores — Des-

de o dia 23 mantemo-nos na fábrica, fazendo piquetes. O que se irá passar em seguida ainda não foi deliberado. Por agora discute-se a situação.

A Comissão de Trabalhadores da TIMEX falou-nos ainda dos esforços desenvolvidos para que a luta não ficasse isolada, tendo-se efectuado reuniões com Comissões de Trabalhadores de outras fábricas do distrito de Setúbal.

De salientar também a formação de um secretariado provisório dos trabalhadores das multinacionais, embrão para a organização mais alargada dos trabalhadores daquelas empresas cuja luta é a mesma — contra o capital internacional.

## COMÍCIOS DO PRP

### JANEIRO

30 — COVILHA

31 — TEIXOSO

### FEVEREIRO

1 — TORTOSENDO

— CALDAS DA RAINHA

6 — MOSCAVIDE

— S. PEDRO DA COVA

7 — VIANA DO CASTELO

# A ARMA

# METRALHADORA HK-21

A metralhadora HK 21 para cartuchos 7,62 mm x 51 (NATO) é uma arma automática fabricada segundo os mais modernos métodos. Com a culatra na posição avançada a arma permite um tiro semi-automático.

A HK 21 é uma arma de recuo com cano fixo e culatra com roletos, móvel e apoiada.

Os cartuchos são introduzidos na arma pela esquerda por meio de fitas de cartuchos (fitas ligadas ou fitas de elos destacáveis).

Quando se utiliza uma peça de adaptação a alimentação faz-se por meio de carregador.

Podem substituir-se o cano rapidamente em questão de segundos. A HK 21 é utilizável com bipé, tripé ou montada em viaturas.



— HK 21 com alimentação por fita



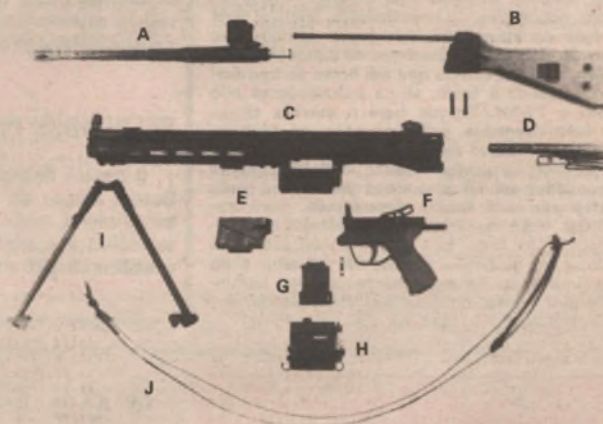
HK 21 com alimentação por carregador



— Introdução da fita



HK 21 preparada para ser montada em viaturas



A — Cano

B — Coroa, Mola recuperadora, Amortecedor de coice

C — Caixa de mecanismos com manobrador e aparelho de pontaria

D — Culatra

E — Tampa do alimentador

F — Armação do punho com caixa do mecanismo de disparar

G — Corpo da guia dos cartuchos

H — Alimentador com transportador

I — Bipé

J — Bandeirola de combate



HK 21 sobre um tripé

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, POVOS E NAÇÕES OPRIMIDAS DO MUNDO, UNI-VOS!

# Revolução

Composição e Impressão: Renascença Gráfica. Distribuição: DIG — Rua das Chagas, 2 — Lisboa

AVENÇA

## EDITORIAL

As garantias que Melo Antunes deu na Bélgica quanto à fidelidade à NATO, quanto à «Democracia» que agora se instalou em Portugal, quanto ao não acesso dos ministros comunistas aos segredos militares, não chegaram ainda para certezas, mas apenas para promessas. E o empréstimo da CEE (que representa apenas a sexta parte do que necessitamos para um ano em produtos alimentares importados) é ainda condicional. Servem as promessas, no entanto, para alimentar o eleitorado neste período de gestão do fascismo que vai daqui às eleições. Mas enquanto que a posição dos militares revolucionários dá garantias de «democracia» à Europa capitalista, essa mesma posição lança grandes dúvidas nos países anti-imperialistas, que observam a caminhada de Portugal para o fascismo. Não há portanto, ilusões de ajuda ou trocas comerciais vantajosas com países como a Argélia ou com a Líbia, os quais entrariam numa dessas relações fraternais, se vissem que este país estava numa posição anti-imperialista. Veem, pelo contrário que é a vingança dos salazaristas e dos caetanistas que agora tem lugar, quando o Poder tenta apagar a História do 25 de Abril embora conserve o paleio de Blá-blá-blá das palavras cheias de «Revolução». E embora Vasco Lourenço se esfalle na caminhada dos quartéis, falando dos seus temores da direita, é transparente a falta de força dos «Nove». É Otelio que está preso, e Moreira Baptista que está solto. É Tenreiro que vai passear até casa no fim-de-semana e é Miguel Judas que ver o pai algemado. Os interesses de classe do actual Poder estão bem definidos. Os «Nove» serviram de papel de embrulho para a extrema-direita. E agora como se desembrulam?

Porque a situação económica se agrava, apesar dos artificios do PPD e do PS para garantirem eleitores; agrava-se apesar das promessas da CEE. E casos como o da TIMEX vão repetir-se. A ambiguidade do sistema mantida aqui durante dois anos, o boicote económico do Imperialismo, ajudado pela indefinição do reformismo que jogou a fundo nas alianças de classe, nos Governos de coligação, fizeram deste país um campo que em breve se transformará em miséria e fome, se os trabalhadores não tomarem o Poder. Porque hoje a miséria atinge só os desempregados, os reformados, os doentes. Mas dentro em breve (tal como aconteceu no Chile com Pinochet) os preços subirão vertiginosamente e os ordenados actuais (que esses não sobem) serão engolidos por essa subida desenfreada. Será que as eleições virão resolver estes problemas dos trabalhadores? De certo que não. As eleições virão dar louros de glória ao senhor Sá Carneiro e ao senhor Freitas do Amaral, defensores dos latifúndios, da exploração, do fascismo. As eleições, em sistema capitalista, são uma máquina da burguesia.



# Revolução

## NOVA CÂMARA EM TORRES NOVAS

Em Torres Novas, como noutras localidades, a administração da Câmara foi substituída por forças de direita logo a seguir ao 25 de Novembro. Mas os antifascistas de Torres Novas, exprimindo os desejos da população, travaram uma luta para que fosse reposta a administração anterior ao 25 de Novembro e saíram vitoriosos dessa luta.

## FERRER E BAGULHO VOLTAM

Quando foram feitos saneamentos na Marinha, a seguir ao 25 de Abril, os almirantes Ferrer e Bagulho foram afastados e colocados na reserva, por terem tido sempre um comportamento fascista. Hoje, com o regresso das forças fascistas a seguir ao 25 de Novembro, são também esses que regressam à Marinha, e enquanto os democratas como Pacheco são afastados.

## O VOTO DOS RETORNADOS

Está para sair um novo regulamento eleitoral, mas já é dado como certo que terão direito a voto os emigrantes e os retornados. Pela quantidade que representam esses votos, irão ter decerto uma influência grande nos resultados finais. E, apesar da compreensão que se possa ter (diferente para cada caso) da situação de marginais na sociedade de cada um desses grupos sociais, sabemos também para que lado vai o seu voto — para a direita. Mais um dado na campanha anti-eleitoral que os trabalhadores e os revolucionários têm de fazer.

## RESPONDER PELA REFORMA AGRÁRIA

O capitão Rodrigues de Vendas Novas foi chamado a responder por causa da Reforma Agrária. Quartel situado em plena zona de latifúndios, Vendas Novas foi como é natural, um auxiliar dos trabalhadores rurais nas suas lutas contra os patrões da terra desde o 25 de Abril. Hoje, quando se assiste à condenação diária pela parte do Poder de tudo quanto foi luta contra a exploração, é também atingido o capitão Rodrigues, simplesmente porque estava ao lado dos trabalhadores.



**4 de Fevereiro**  
**ANGOLA**  
**MPLA**  
**15 anos**  
**de luta armada**

